

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉIA DÉCIO ÍSOLDINO

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NO BRASIL



CURITIBA

2016

ANDRÉIA DÉCIO ÍSOLDINO

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NO BRASIL

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me Célio Rodrigues Leite

CURITIBA

2016

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE COMBATE A FOME NO BRASIL

Andréia Décio Ísoldino¹

RESUMO

Neste artigo, objetivou-se apresentar uma pesquisa bibliográfica referente a programas da educação e de políticas de combate à fome no Brasil. Tendo como questão norteadora o papel da educação no contexto das políticas de combate à pobreza e desigualdade social no Brasil, objetivou-se ainda analisar as políticas de combate à pobreza no Brasil de uma forma mais ampla, para em seguida, delimitar o Programa Bolsa Família e demonstrar as concepções e diretrizes que o norteiam, e evidenciar aspectos positivos e negativos que se apresentam para a sua eficácia. A metodologia parte da pesquisa bibliográfica com a elaboração de um embasamento teórico e a elaboração de gráficos referentes a dados das condicionalidades do programa Bolsa Família do município de Arapuã-PR com o intuito de analisar a interferência dos programas sociais na frequência escolar dos alunos que recebem o benefício do Programa Bolsa Família que tem como condicionalidade a frequência escolar mínima exigida de 85%.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade. Arapuã. Bolsa Família.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, tem-se a finalidade de apresentar estudos referentes a programas da educação e de políticas de combate à fome no Brasil, tendo como questão norteadora o papel da educação no contexto das políticas de combate à pobreza e desigualdade social.

A pobreza e a desigualdade social são questionamentos discutidos no mundo contemporâneo, constituindo um processo sócio histórico que reproduz, nas relações socioeconômicas, políticos e culturais, as relações sociais desiguais e injustas que determinam a exploração do trabalho pelo capital e a concentração de riquezas e bens produzidos que gera o empobrecimento da população menos abastada, aumentando a exclusão social.

Segundo Silva (2002, p. 6):

O termo exclusão social é historicamente presente na literatura internacional para expressar um conceito complexo, referindo-se a um fenômeno tradicional, presente em todas as sociedades sendo renovado no mundo moderno, onde as fronteiras tendem a desaparecer, na medida em que a modernização produz a riqueza de uns e a exclusão de outros. Genericamente, é concebido como um fenômeno econômico e

¹ Especialista em Pobreza, Educação e Desigualdade Social, UFPR, andreiainsoldino@yahoo.com.br.

social que se refere essencialmente à rejeição do outro. Nesse sentido, a pobreza é talvez a maior expressão da exclusão nas sociedades modernas, na medida em que a exclusão mais visível é a econômica - o não acesso a condições elementares de vida.

A pobreza é um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo na área nacional e na área internacional. Não é possível encontrar uma solução uniforme, com aplicação universal para o combate à pobreza. Antes, é fundamental para a solução desse problema que se desenvolvam programas específicos para cada país, com atividades internacionais de apoio às nacionais e com um processo paralelo de criação de um ambiente global de apoio.

As políticas de combate à pobreza que tenham a educação como elemento prioritário apresentam limitações no que diz respeito aos resultados imediatos. Isso porque os efeitos são perceptíveis em longo prazo, uma vez que muitas dessas metas são destinadas a crianças e adolescentes que, em tese, somente após a conclusão dos níveis de escolaridade exigidos, tentariam se inserir no mercado de trabalho.

Neste trabalho, objetivou-se analisar as políticas de combate à pobreza no Brasil de uma forma mais ampla, para, em seguida, delimitar o Bolsa Família e demonstrar as concepções e diretrizes que o norteiam, e evidenciar aspectos positivos e negativos que se apresentam para a sua eficácia. A motivação para pesquisar acerca dessa política de combate à pobreza é justamente o fato de ser ela recente, carente de abordagens por parte do governo, as quais reflitam, com clareza, os possíveis erros que certamente possui.

Para a Caixa, que é o órgão responsável pela administração do Programa Bolsa Família é:

É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2016).

Como defendem Fitoussi e Rosanvallon (1997), as desigualdades sociais não podem ser entendidas exclusivamente na perspectiva do direito de receberem determinados bens e serviços. Seria preciso contemplar também o que eles chamam de direitos de integração, que são aqueles que permitem que os indivíduos sejam cidadãos ativos, com pleno direito de viver em sociedade.

Pretende-se ressaltar, em uma exploração ainda preliminar, algumas das principais questões que surgem no atual panorama das políticas sociais voltadas para o combate à pobreza que apresentam intersecções com a educação de crianças, adolescentes e jovens.

Tendo como referência o Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza, buscando garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde, visando a evidenciar aspectos positivos e negativos das políticas.

As políticas de combate à pobreza no Brasil, em particular o Programa Bolsa Família apresenta um caráter exacerbadamente assistencialista, passivo, no qual as populações de baixa renda “recebem o peixe” ao invés de “aprenderem a pescar”. Agindo dessa forma, esses métodos não se evidenciam como permanentes soluções para a miséria, criando por parte dos beneficiários uma dependência em relação ao auxílio que recebem (SANTOS, 2007).

As políticas recentes de combate à pobreza têm tentado assumir um caráter de ações permanentes e sustentáveis, seja por parte do governo ou entidades não governamentais que agem direta ou indiretamente contra a miséria. Isso exprime uma forma de se desvencilhar de uma das principais características das políticas anteriores, que é o puro assistencialismo na concessão de benefícios.

Fitoussi e Rosanvallon (1997) dizem que, as desigualdades sociais não podem ser entendidas exclusivamente na perspectiva do direito de receber determinados bens e serviços. Seria preciso contemplar também o que eles chamam de direitos de integração, que são aqueles que permitem que os indivíduos sejam cidadãos ativos, com pleno direito de viver em sociedade. O papel de um sistema de educação democrático é fundamental nessa perspectiva.

As novas políticas sociais do governo têm o intuito de melhorar as condições de vida da população pobre e miserável, por meio da criação de oportunidades que permitam a saída dessa condição de exclusão social. Políticas de inclusão social como o Bolsa Família, objeto deste estudo, apresentam aspectos como, por exemplo, estimular o desenvolvimento de regiões pobres, na medida em que, com a posse do benefício há um aumento no consumo e consequente demanda monetária que movimenta economias locais.

No entanto, distribuição de renda insuficiente é fonte fundamental para se entender o fenômeno da pobreza no Brasil, aparecendo como uma das nações com maior desigualdade de renda no mundo. Um dos principais fatores que explicam essa realidade e também a determinação dos salários é a educação. Por meio de uma maior democratização do ensino de qualidade, as classes menos favorecidas seriam beneficiadas pelo fato de terem a oportunidade de se qualificarem profissionalmente e de serem inseridas no mercado de trabalho (SANTOS, 2007).

Ainda Rocha (1996, p. 141):

Evidencia que o ponto crucial para se instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho não é mais o de garantir o acesso à escola, que já se encontra bastante difundido, de modo que o fundamental seria promover uma revolução no ensino. É correto afirmar que a escola pública tem a função de ser instrumento de mobilidade social, operando no sentido de romper o círculo vicioso da pobreza e promovendo a redução das desigualdades. Esta revolução no ensino público tem que realmente existir, para que a criança pobre tenha acesso a um aprendizado de qualidade, podendo prestar o vestibular com um nível de conhecimento que pelo menos se aproxime ao dos concorrentes oriundos de escolas particulares.

A pobreza e a fome geram consequências que acabam por dificultar o acesso de crianças e adolescentes à escola. O ciclo vicioso da pobreza faz com que os filhos de pessoas que vivem em situação de miséria extrema continuem nessa condição, o que os força a trabalhar desde cedo, não recebendo nenhum tipo de conhecimento básico.

Segundo Rocha (1996, p. 141):

As consequências de uma distribuição mais igualitária da educação causam benefícios dos mais diversos. O que se verifica no Brasil atualmente, é que nem mesmo um diploma bacharel é garantia de emprego. Evidencia-se como necessária uma capacitação cada vez maior através de pós-graduação, cursos técnicos e profissionalizantes dos mais diversos, dominar conceitos básicos de informática, aprender pelo menos uma língua estrangeira, dentre outros. Existe a questão dos adultos analfabetos que até concluir as principais etapas do ciclo educacional, já terão certamente uma idade avançada que é incompatível com a inserção ocupacional, uma vez que os mais jovens têm uma chance de emprego maior.

Como forma de auxiliar no combate à evasão escolar, o Bolsa Família estabelece como contrapartida ao recebimento do benefício a frequência regular de crianças e adolescentes em escolas públicas. Percebe-se que é uma forma de estimular os adultos pobres a colocar seus filhos na escola, mas não suficiente para resolver o problema. A educação é um fator primordial na redução das desigualdades sociais, que precisa sempre ser aplicado pelas autoridades governamentais. O intuito não é o de apenas incluir a criança pobre no sistema educacional, mas criar condições para que a mesma tenha um ensino de qualidade, além de capacidade para aprender.

2 MÉTODO

A produção científica deste artigo implica na viabilização de uma pesquisa que gere informações baseadas em dados fidedignos e passíveis de verificação, que permitam ao pesquisador voltar-se para a realidade do problema proposto. Para análise e interpretação dos dados, esta pesquisa utilizou a abordagem qualitativa. Quanto à metodologia, esta pesquisa caracterizou-se como descritiva, pois a finalidade é a descrição das características de determinação do fenômeno estudado das políticas sociais.

As fontes de informação, neste estudo, tiveram seus subsídios, por intermédio da pesquisa científica em que os dados e as informações foram obtidos em livros, publicações e periódicos e, portanto, este estudo sustentou-se fundamentalmente na revisão da literatura, cuja fundamentação teórica está baseada na pesquisa teórica sobre direitos sociais, cidadania e programas de transferência de renda, que descrevem os conceitos, valores, condicionalidades e resultados do Programa Bolsa Família.

Por meio de leitura de alguns autores como Monteiro (2000), Onofre (2008), Rocha (1996), Santos (2007), Silva (2002) e Yannoulas, Gabriel e Ferreira (2012), procurou-se mostrar a visão que eles possuem sobre a fome, desnutrição e o posicionamento sobre o programa Bolsa Família e sua visão quanto a que planos de ação podem e devem ser implantados, sendo a pesquisa bibliográfica delimitada, entre o período de 2002 a 2016, por ser em 2001 que o Programa Bolsa Família foi criado.

A pesquisa bibliográfica para a coleta de dados será realizada no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período do mês de agosto de 2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

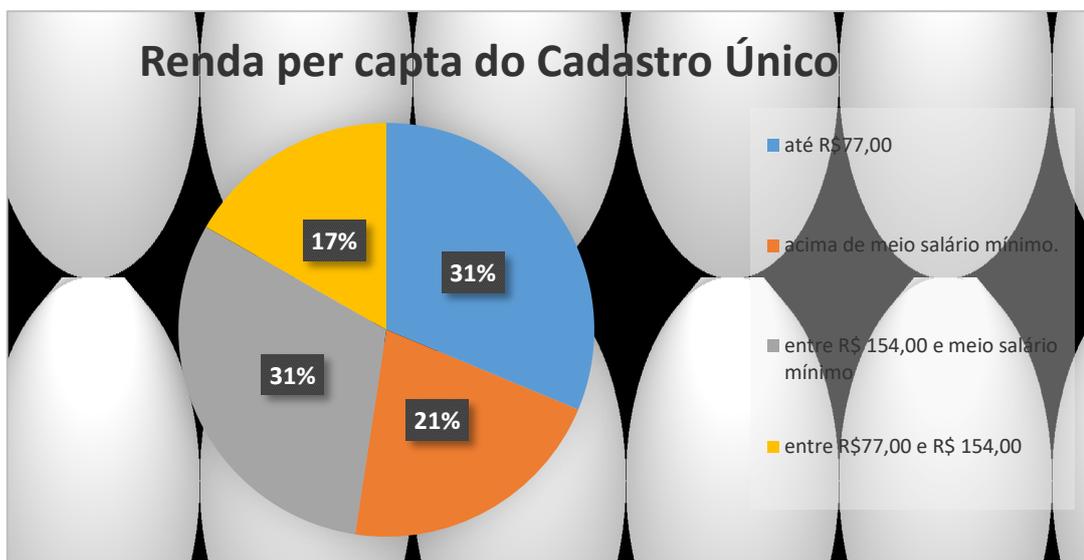
A política de combate à fome no Brasil que utiliza a educação como condição para que as famílias pobres e de extrema pobreza recebam uma quantia de dinheiro por mês para o combate da pobreza e da extrema pobreza é o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família tem sua base de dados chamada Cadastro Único, definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social MDS como:

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE DA FOME, 2016).

O município em questão a ser analisado é o município de Arapuã-PR que segundo o IBGE (2010) possui uma população de 3.561 habitantes, e em maio de 2016, possuía, na base do cadastro único, 706 famílias cadastradas, dentre as quais:

Figura 1 – Renda per capita do Cadastro Único.

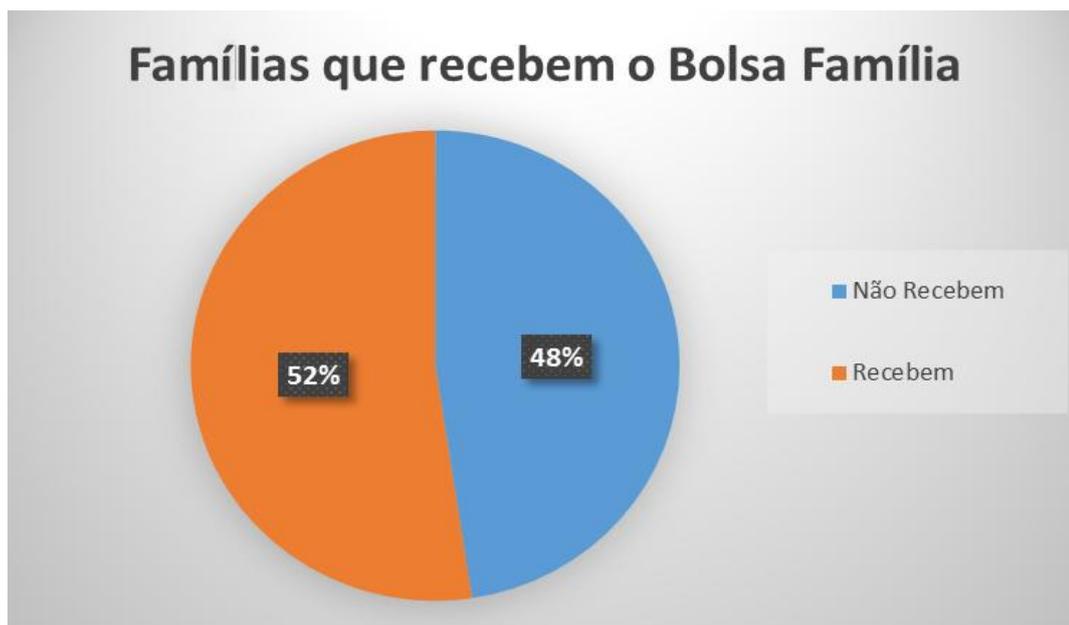


Fonte: MDS (2016)

Como a figura aponta que das 706 famílias cadastradas no cadastro único 221 possuem renda per capita familiar de até R\$77,00, 118 famílias possuem renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00, 218 famílias possuem per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo e 149 possuem renda per capita acima de meio salário mínimo.

Segundo o MDS, no mês de agosto de 2016, das 706 famílias cadastradas no cadúnico no município de Arapuã-PR 370 famílias possuem o perfil para receber o Programa Bolsa Família, como mostra a figura 2:

Figura 2 – Famílias que recebem o Bolsa Família.



Fonte: MDS (2016).

O MDS (2016) ainda cita:

O PBF beneficiou, no mês de agosto de 2016, 370 famílias, representando uma cobertura de 93,2 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 153,66 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 56.856,00 no mês.

As condicionalidades exigidas pelo governo federal para que haja a efetiva transferência direta da renda para a família, na área da educação incentivam os alunos que estão em situação de pobreza e extrema pobreza a frequentar as escolas e assim ter uma formação, conforme mostra a figura 3.

Figura 3 – Crianças que recebem o Bolsa Família.

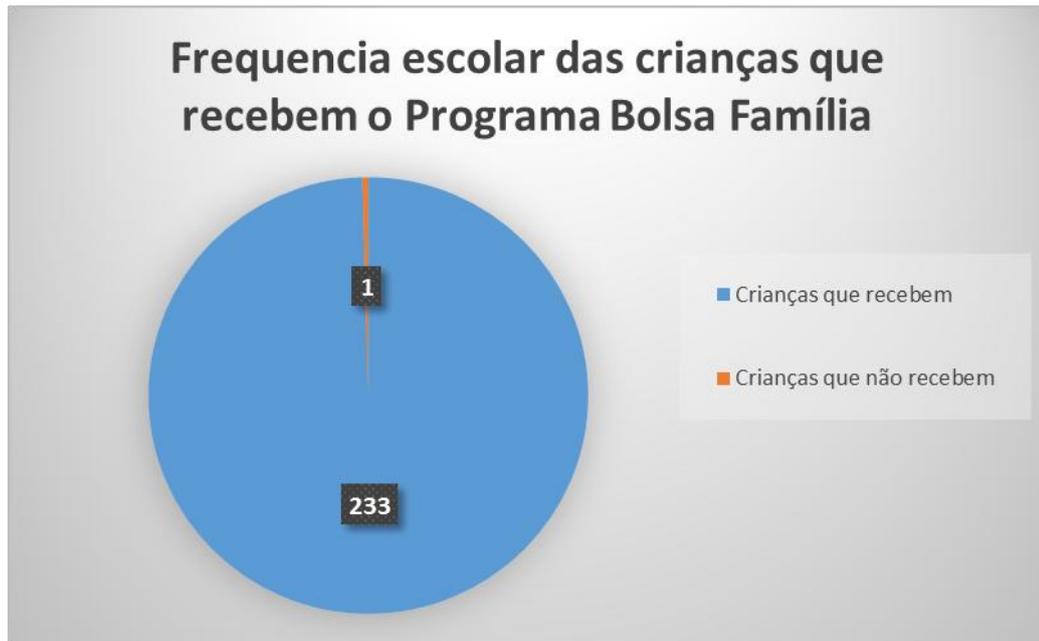


Fonte: MDS (2016).

O município de Arapuã-PR possui 239 crianças entre seis e quinze anos de idade que recebem o benefício do Programa Bolsa Família dentre as quais 234 crianças foram acompanhadas efetivamente registradas com base no bimestre de março de 2016, segundo o MDS.

Para o MDS (2016), o percentual de frequência exigida para as crianças de seis à quinze anos é de, no mínimo, 85% de presença nas aulas.

Figura 4 – Frequência escolar das crianças que recebem o Bolsa Família.



Fonte: MDS (2016).

Na figura acima, mostra-se que, das 234 crianças acompanhadas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, apenas 01 não cumpre com os 85% exigidos pelo governo federal de frequência escolar mínima nas aulas e as demais 233 crianças que recebem o benefício do Programa Bolsa Família frequentam, no mínimo, 85% das aulas na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país onde a desigualdade social entre as classes é gritante, onde o poder aquisitivo e, conseqüentemente, cultural e educacional está concentrado nas mãos de poucos indivíduos que possuem muito poder aquisitivo. Considera-se que a maioria da população sofre com a pobreza e a falta de educação.

As pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza não veem na educação uma forma de saírem dessa situação ou não têm condições de manter seus filhos na escola se o governo não lhes der um incentivo financeiro.

De certa forma, as pessoas estão erradas em pensarem dessa maneira, não querendo estudar ou não tendo consciência de que estudar é importante, pois é a educação que transforma os indivíduos e os indivíduos que podem transformar a sociedade. Portanto, os programas sociais de transferência direta de renda e as políticas de combate à fome no Brasil têm entre os seus princípios incentivar a educação no Brasil e, de certa maneira, obrigar as crianças a frequentar a escola e a não abandonarem seus estudos.

O município de Arapuã-PR mostra que, as crianças que fazem parte do Programa de transferência de renda o Bolsa Família, que tem como condicionalidade a frequência escolar acima de 85% para crianças entre seis e quinze anos, apresentam uma participação escolar muito elevada, chegando quase a 100% das crianças acompanhadas pelo programa a cumprir os 85% de presença escolar exigida pelo programa, um ponto muito positivo para o município de Arapuã.

Além de amenizar a situação de pobreza no Brasil, as políticas de combate à fome incentivam a valorização da educação e incentivam a sua participação, pois só com educação podemos mudar o mundo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Bolsa Escola Federal**. Brasília: MEC, 2002.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa família**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, Belo Horizonte, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.
- FITOUSSI, J.-P.; ROSANVALLON, P. **A nova era das desigualdades**. Oeiras: Celta Editora, 1997. 154 p.
- IBGE, **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410165>> . Acesso em: 07 dez. 2016.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE DA FOME - MDS. Relatórios de informações sociais. **SAGI**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#>>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- MONTEIRO, M. T. de L. O impacto social do Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal. **Estudos em Avaliação Educacional**, Brasília, n. 22, p. 37-91, 2000.
- ONOFRE, J. A. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 103-122, jan./jun. 2008.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Aprendendo para o mundo de amanhã. Primeiros resultados do PISA 2003**. São Paulo: Moderna, 2005. 476 p.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 141-151, jun. 1996. Disponível em: <<file:///C:/Users/BolsaFamilia/Documents/Downloads/06-Sonia6.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- SANTOS, I. S. **Bolsa família: concepções, aspectos positivos e negativos deste programa de transferência de renda com enfoque no assistencialismo**. 2007. 59 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SILVA, M. O. da S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 1-31, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3720/1753>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- YANNOULAS, S. C.; GABRIEL, S.; FERREIRA, K. M. Educação e pobreza: liminares de um campo em (re) definição. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 329-496, maio/ago. 2012.